

A versão final deste artigo foi publicada in: Sonia Carvalho e Paulo Knauss (org.) Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil actual. Enda Brasil. 2007, pp. 11-30.

Agricultura urbana como fenômeno universal

Louiza Boukharaeva
Gustavo Chianca
Marcel Marloie

Louiza Boukharaeva –Socióloga, Doutora em Filosofia, Professora da Universidade Técnica de Kazan, Rússia. Adresse: 10 Karl Marx Street, 420111 Kazan RUSSIA Federação Russa. perdiag@wanadoo.fr

Gustavo Chianca – Engenheiro Agrônomo , MS em economia rural – Consultor da FAO - Organização da Nações Unidas para Alimentação, Eixo Monumental Via S-1 Campus do INMET – Setor Sudoeste – Cep. 70359-970 Brasília – Brasil. gchianca@fao.org.br

Marcel Marloie – Engenheiro, doutor em Economia internacional, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas da França (Inra). Adresse: 63/65, boulevard de Brandebourg 94200 Ivry sur Seine France. marloie@ivry.inra.fr

Constata-se hoje um renascimento do interesse pela agricultura urbana (AU). Este fato resulta de vários fatores. Em especial são : a incapacidade das políticas de desenvolvimento erradicar a pobreza, a desnutrição e a violência nas regiões urbanas¹; a incapacidade da comunidade internacional de impedir as guerras e as crises sistemáticas que perturbam os sistemas de produção alimentar e os circuitos de abastecimento das cidades; processo de urbanização mundial rápido; o desenvolvimento da agricultura urbana em diversas regiões do mundo; a emergência de um novo paradigma do desenvolvimento com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável (Programa das Nações Unidas para o ambiente - PNUA) e de desenvolvimento sustentável humano (PNUD 1994).

Os trabalhos conduzidos para a Conferência das Nações Unidas Habitat II (Istambul - 1996), e perceptível no relatório sobre a agricultura urbana apresentado pelo PNUD à esta conferência (Smith J. et alii 1996), marcam uma etapa importante nesta nova tomada de consciência. Entre numerosos países do hemisfério do sul, a agricultura urbana deve o seu desenvolvimento atual à modernização da agricultura que provocou uma forte migração de regiões rurais para as cidades a partir da década 1940, mas sobretudo a partir das décadas 1960 e 1970. Esta urbanização recente e rápida influenciou todos os aspectos da produção e do consumo alimentar. A recessão econômica e as políticas de

¹ Na média mundial, a população urbana que estava em torno de 9 à 11% entre 1300 à 1800 passou à 26% em 1900; à 38% em 1980, e próximo de 50% no ano 2000 e estimasse que irá ultrapassar 60% em 2025.

ajustamento estrutural sofridas por numerosos países não permitiram acompanhar esta evolução por financiamentos governamentais em prol do emprego. Assim, a miséria absoluta aumentou nas periferias de numerosas cidades da África, da América Latina e da Ásia.

Atualmente a AU esta presente em diversos países. A AU desenvolveu-se de maneira muito importante nas sociedades européias e asiáticas ex-socialistas. Considerada como uma atividade agrícola importante na sociedade inglesa e norte-americana, ela entra em declínio principalmente nas antigas sociedades européias reduzindo suas atividades às camadas desfavorecidas socialmente. No entanto atualmente a demanda da população pela AU vem crescendo constantemente e o mercado ligado com estas demandas tem aumentado (produção de sementes, fertilizantes, ferramentas...).

O relatório do PNUD visa dar uma imagem que permita compreender a importância econômica e social da agricultura urbana se desvincilhando de diversos mitos negativos. Ele tenta persuadir diversos atores, principalmente as instituições de pesquisa a estudar e apoiar os projetos que permitem reduzir os obstáculos ao seu desenvolvimento. Considerando que sua institucionalização pode contribuir ao desenvolvimento humano durável, ele propõem definir como uma indústria distinta (Smith J. et alii 1996) sendo necessário reconhecer e tratar como tal.

Desde a publicação deste relatório, os programas, os seminários, os colóquios, as redes de pesquisa as publicações científicas sobre a agricultura urbana, essencialmente nos países do hemisfério do sul multiplicaram-se. As agências de desenvolvimento aumentam o seu apoio à este setor em colaboração com as ONGs. O seminário² organizado pelo Naup (Núcleo de Agricultura Urbana e Peri Urbana) se insere nesse contexto.

A análise da AU no contexto da pesquisa mais abrangente de um novo paradigma do desenvolvimento revela um potencial importante da AU para o desenvolvimento durável do sociedade e da pessoa.

O conceito geral de agricultura urbana inclui a agricultura urbana ao sentido intra urbano e a agricultura suburbana (Mougeot, L.J.A. – 2000).

As abordagens e definições existentes sobre AU podem ser agrupados e apresentados em duas questões : 1) AU é produção agrícola nas zonas urbanas e peri urbanas; 2) a agricultura urbana engloba um conjunto diversificado de produções vegetais e animais (legumes, frutos, flores, plantas medicinais, apicultura, piscicultura, criação de animais domésticos e selvagens para a alimentação ou a produção de peles e de peles) produzidos por habitantes urbanos.

² « A agricultura urbana e periurbana e a revitalização da área metropolitana do Rio de Janeiro », Rio de Janeiro 10 à 11 de novembro de 2005.

Tratando a AU como atividades agrícolas ligadas ao ambiente urbano e ao estado deste ambiente, convém efetuar uma distinção entre dois tipos de agricultura urbana de natureza distinta.

1. a agricultura urbana profissional (AUP) de agricultores e horticultores com pequenos áreas e elevados de rendimentos, as cooperativas agrícolas, as empresas públicas e privadas ligadas ao agrobusiness, e os jardineiros familiares que transformam-se em empresas que produzem para o mercado (Ranasinghe, T.T. – 2003) onde a sua produção é destinada essencialmente à venda;

2. a agricultura urbana familiar (AUF) das pessoas e das famílias que trabalham ao jardim ou nas hortas do fim de semana, durante os feriados ou tempo parcial livre : aposentados, pessoas no desemprego ou em situação de subemprego; trata-se de uma atividade principalmente não comercial cuja : 1) grande parte da produção é destinada ao auto consumo e 2) a produção da AUF não se limita à produção alimentar, mas também tem caráter de identidade.

Se compreende a agricultura urbana profissional como uma produção profissional industrial dos produtos agrícolas. Desta forma ela está apresentada nos textos dos grandes organismos internacionais e nacionais que tratam às questões de estatísticas de produção peri urbanas.

AUF são atividades agrícolas extra profissionais. Estas são praticadas pelas famílias e indivíduos em jardins individuais ou coletivos, pomares, hortas, estufas, porões, entre outros. Que procuram muitas vezes ajustar suas atividades de lazer, saúde física e psicológica, educação, hábitos de trabalhar e tratar a natureza.

AUP e AUF, além de estarem em dois setores diferentes da mesma AU, são ligadas pela história. Repensar esta ligação é necessário visando um melhor aproveitamento dos dois setores para a pessoa e para a sociedade na sua totalidade.

AUF, como foi dito, tem a atividade não comercial como foco principal. Ao mesmo tempo ela cria novos serviços sociais e de mercado.

AUP, além de estar destinada ao mercado, tem funções que não são de mercado como o ordenamento territorial, ambiental, sanitário. Dentro da AUF detectamos as demandas e necessidades da população à agricultura urbana profissional e à toda agricultura.

A análise histórica mostra que a agricultura urbana está presente nas sociedades humanas desde a sua origem. Isto permite dizer que trata-se de um fenômeno universal. As fontes histórico literárias, teórico políticas e filosóficas que descrevem o aparecimento das primeiras cidades, a sua estrutura e o seu funcionamento (Virgile: Les Géorgiques, Aristote: Politique, Fouquidide: Histoires), bem como os testemunhos da teoria da arquitetura (Vitruve: Tratado de Arquitetura) mostram uma estreita ligação entre o urbano e o rural na vida das pessoas.

Paul Bairoch em uma de suas obras (Bairoch, P. – 1985) explica que a componente campesina das cidades sempre esteve presente, das cidades neolíticas até às cidades atuais. A organização dos territórios urbanos e suburbanos de qualquer tempo reservou um lugar à agricultura urbana. Os agricultores constituíram certamente a fração dominante dos habitantes das cidades pré-urbanas no período neolítico (Jéricho, Çatal-Hüyük, Jarmo), o início da agricultura confundem-se intimamente com a formação das primeiras cidades pré urbanas. Existe mesmo uma tese, até agora minoritária, segundo a qual a agricultura teria nascido no coração das cidades, e ter-se-ia estendido seguidamente às suas periferias (Jacob J. – 1970).

Universalidade da agricultura urbana esta ligada ao seu caráter de identidade. A historia de agricultura e sua importância para as cidades faz pensar que atividades agrícolas nas zonas urbanas e peri urbanas correspondem à natureza bio-sociocultural da pessoa e às suas necessidades mais profundas (ligação com a natureza, ...).

Os agricultores representavam entre 40 à 50% dos cidadãos no início do fenômeno urbano na África e na China. Na idade média na Europa ocidental, a maior parte dos mapas das pequenas cidades previa espaços reservados à esta atividade. Esta atividade agrícola continuou a ser importante nas cidades do século X apesar dos processos de marginalização então em curso.

Assim, subsistia até os anos 1970 um emprego agrícola não desprezível nas grandes cidades dos países desenvolvidos (4% nas zonas metropolitanas de 200 para 600.000 habitantes dos Estados Unidos), e sobretudo os países em desenvolvimento, onde esta fração das populações urbanas podiam ir até a 25-30% nas cidades de 5.000 para 20.000 habitantes. Estas estimativas são relativas à atividade profissional na agricultura urbana, convém acrescentar a atividade não profissional, ainda que os dados relativos a esta questão são pouco precisos.

Insistindo ao mesmo tempo no caráter fragmentário e limitado dos dados relativos ao emprego, um relatório sobre a agricultura urbana do Programa das Nações unidas para o desenvolvimento (PNUD) (Smith J. et alii – 1996) considerava à 800 milhões o total da população contratada nesta atividade. A maior parte desta população produzia para o seu auto consumo. Os agricultores que produzem para o mercado, na maioria dos casos em tempo parcial, eram avaliados à 200 milhões.

Os dados estatísticos quantitativos são importantes para uma avaliação da AU, seu lugar e papel na produção alimentar e no mercado econômico. Mas uma visão qualitativa deste fenômeno permite enriquecer a compreensão e o conhecimento do potencial de l'AU para o desenvolvimento durável da sociedade e da pessoa, recuperando a integralidade representativa de l' AU.

Esta visão qualitativa da agricultura urbana necessita uma renovação das abordagens teóricas.

As análises relativas à agricultura urbana refletem os progressos e os limites das abordagens intelectuais do contexto no qual foram conduzidas. Assim, na seqüência do relatório do PNUD, a maior parte das publicações leva hoje sobre os países do hemisfério do sul e é centrada em três funções importantes da agricultura urbana: a alimentação, o emprego e o ambiente. Mencionam freqüentemente várias funções sociais e culturais colocadas por muito tempo em relevo pelos estudos sobre a Europa do Oeste e a América do Norte, mas aprofundam-no raramente.

No entanto se a agricultura urbana profissional foi bem interpretada pelos conceitos da análise econômica, a agricultura urbana familiar precisa de uma abordagem mais larga. Avaliada de acordo com os critérios da economia comercial, a sua eficácia é muito reduzida porque não é competitiva com os produtos da agricultura moderna se integrarmos o conjunto dos custos de produção, principalmente o trabalho. Estas constatações alimentam uma parte das posições relativa ao futuro da AUF em curso de recomposição nos países da Europa do Leste (Kozachenko, V. – 1992). No entanto os defensores da AUF respondem que trata-se de um trabalho que não encontra remuneração no mercado: atividade familiar, trabalho de pessoas no desemprego ou em situação sob emprego, de aposentados. As funções desta atividade são diferentes da agricultura urbana profissional. Excedendo a abordagem estritamente econômica e comercial do AUF, pode-se identificar o caráter de identidade desta atividade.

Identidade designa características profundas da pessoa humana, sua natureza bio sócio-cultural, que a conduz a necessitar: do contato com a natureza, do contato com outras pessoas e de pertencer a uma sociedade.

Este caráter de identidade do ponto de vista econômico apresenta-se pela natureza não comercial desta atividade.

De um ponto de vista social, se apresenta como interdependente as funções de alimentação, de dupla moradia (caso das agriculturas urbanas dos países europeus principalmente do leste com os denominados jardins coletivos), efeito terapêutica, transmissão inter gerações, conhecimento e cultura, meio ambiente, ordenamento território. Estas funções estão profundamente enraizadas dentro da sociedade. Elas são úteis para a sobrevivência das populações pobres como citados em vários estudos. Mas apoiando as classes médias, elas contribuem também à coesão social e por conseqüência à estabilização da sociedade. É possível qualificar estas funções como de efeito compensador, terapêutico e estabilizador da agricultura urbana familiar sobre o indivíduo e sobre a sociedade.

Do ponto de vista cultural, identidade aparece como um fenômeno patrimonial na acepção de uma riqueza acumulada que se transmite de geração em geração. A definição desta riqueza é incessantemente em transformação, que alarga-se do material ao cultural e o intelectual. A UNESCO explica “*L’Héritage is our legacy from the past, what we live with today, and what we pass on to future generations*”. Ela utiliza o conceito de “*World heritage*” que ela aplica após 1972 relacionados à proteção e a preservação da cultura e da herança natural (UNESCO. Convention concerning the protection of the world cultural

and natural heritage. 1972). As pesquisas atuais dessa organização se voltam sobre o conceito de “*Oral and Intangible Heritage of Humanity*” em aplicação à Convenção para Salvaguarda da *Intangível Herança Cultural* adotada em 2003. Nesse sentido, a agricultura urbana familiar permite uma acumulação e uma transmissão da herança natural e cultural, material, mais também oral, o que nós chamamos aqui de transmissão de conhecimentos e de cultura.

Os beneficiários dessa riqueza são diversos, um grupo familiar restrito à l’humanidade, como nos mostram as pesquisas sobre os “bens públicos” [“public goods” Sandler T. International Public Goods: strategies, efficiency and institutions, in Kaul I., Grunberg I. and Stern M.A. (eds) Global Publics Goods, Oxford University Press for UNDP, Oxford.]. Dessa forma a agricultura urbana familiar pode ser analisada do ponto de vista dos seus benefícios potenciais para as pessoas, as famílias, as cidades, as nações, à humanidade.

A abordagem patrimonial está sendo recentemente utilizada nas investigações sobre a agricultura em prolongamento dos trabalhos relativos à preservação da diversidade biológica (patrimônio genético [Perrings, C., Gadgil M. “Pour une protection efficace et équitable de la biodiversité”. Seminário do l’IDDRI. Institut du développement durable et des relations internationales. Paris, 2002, 46 p.].), o aparecimento e a evolução das formas da herança cultural (patrimônio cultural), a capitalização dos conhecimentos e os “knowhow” profissionais (patrimônio profissional) (Barrere C. et alii – 2005).

Uma nova concepção das abordagens teóricas da agricultura urbana profissional e o AUF necessita também uma abordagem global. O método de cruzamento sócio espacial e temporal na análise das experiências de agricultura urbana no mundo utilizado atualmente e, a partir da compreensão da AU como atividades e um fenômeno universal, pode-se com maior precisão analisar a agricultura urbana do Brasil e detectar o seu potencial.

A função alimentar e de tampão regulador, amortecedora de crises

Os trabalhos consagrados à função alimentar da agricultura urbana são centrados essencialmente na participação desta atividade na segurança alimentar das populações.

De acordo com a FAO, 840 milhão pessoa passam fome sendo 799 milhões em países em desenvolvimento, trinta em países em transição e onze em países industrializados. Alguns dados mostram que mais da metade das pessoas classificadas como sofrendo de fome habitam hoje nas cidades (Barry M. Popkin et alii – 1988). Este problema é particularmente agudo no caso de crises graves: guerras, crises econômicas ou perturbações sociais como o desmoronamento do sistema soviético cujas repercussões sobre o abastecimento alimentar do urbanos fizeram-se de sentir até em Cuba (Altieri, M.A. et alii – 1999).

No caso dos países da Europa do Oeste, as demandas de parcelas nos jardins coletivos evoluíram muito de acordo com os períodos. A criação destes jardins foi uma resposta

aos problemas alimentares e sociais provocados pela grande depressão do fim do XIX^o século. O número de jardins coletivos aumentou até Segunda Guerra mundial, aumentando consideravelmente devido aos graves problemas alimentares. Foi o caso de todos os países ocupados pelos exércitos nazistas, ou sob bloqueios (Reino Unido – Petts J. - 2001). Lentamente sofreu uma regressão até à década 1970, para aumentar de novo até a hoje (Fédération Nationale des Jardins Familiaux – 2001).

No caso da Rússia, assim como as pequenas porções de terras dos agricultores familiares, a AUF sempre teve uma função de auxílio alimentar, ou mesmo para assegurar a sobrevivência das famílias no caso de crise grave. O período soviético imprimiu uma evolução muito específica ao longo da história da AUF. A destruição social e urbanização extremamente rápida das décadas 1920 e 1930 foram realizadas ao mesmo tempo com a reestruturação das antigas formas de agricultura urbana. Em seguida, durante a Segunda Guerra mundial, os moradores das cidades foram obrigados à participar na produção agrícola para alimentar o exército, em especial em Leningrado (hoje São Pétersburgo) durante a sede feita pelos exércitos nazistas. Cada espaço de terra disponível na cidade foi posto em valor.

Este difícil período seguido da fome de 1948 foi um importante fator na decisão dos poderes públicos de incentivar o desenvolvimento dos jardins coletivos urbanos. Durante a crise dos anos 1990 quando os Estados Unidos e a União Européia começavam a pensar numa ajuda alimentar maciça à Rússia, a AUF contribuiu para a segurança alimentar das populações urbanas. Nos outros países da Europa do Leste, notadamente a Polónia (Bellows, A. C. – 2004), a AUF desenvolvida e semelhante e preenche as mesmas funções de ajuda à sobrevivência das famílias.

Assim, o AUF é um importante amortecedor das crises. Comporta um potencial estabilizador da sociedade que com efeito um elemento importante nas estratégias de segurança alimentar.

Esta função de amortecedor das crises, este potencial estabilizador são dinâmicos no sentido onde resultam a AUF evoluindo em função das necessidades da sociedade. Em períodos de crise grave, a função alimentar torna-se prioritária. Em períodos mais calmos, os legumes de qualidade substituem as produções básicas. Seguidamente as flores, os arbustos e os gramados podem substituir os legumes. Mas um retorno à produção alimentar continua a ser possível se uma nova crise ocorre.

Mesmo nos períodos mais estáveis, a função alimentar continua ser muito importante, igualmente nos países em desenvolvimento que nos países desenvolvidos. Na Rússia durante as décadas 1960 à 1980, esta função tinha sofrido uma regressão nas duas capitais (Leningrado e Moscou) mas continuava a ser muito importante nas cidades de província que eram mal abastecidas. No conjunto dos países desenvolvidos, incluindo os Estados Unidos, existe sempre uma franja da população urbana que vive na grande pobreza e que se volta a AUF. Nesse sentido a AUF tem um efeito compensador das desigualdades sociais.

O papel do AUF em matéria de diversidade e qualidade dos produtos encontra um interesse crescente. Pode em certos casos permitir as famílias consumir produtos que não teriam os meios para obter. As esperanças levam sobretudo sobre o fato de poder em princípio permitir o acesso de todas as categorias da população à uma alimentação sã. Pode fornecer alimentos e plantas medicinais de elevada qualidade, à custos relativamente baixos e que não contêm substâncias perigosas para a saúde. Numerosos agricultores urbanos sabem com efeito utilizar os compostos e outros adubos orgânicos, tratar as doenças e os inimigos das culturas por diversas práticas naturais.

Mas constata-se também casos onde os produtos do AUF contêm mais substâncias perigosas que os disponíveis nos circuitos modernos de comercialização. Isto pode provir igualmente da poluição do ar, a água e certos solos dedicados ao AUF, que das práticas de produção. Em numerosos casos, constata-se riscos sanitários ligados à esta atividade: contaminação dos produtos por metais pesados, desperdícios de agroquímicos, ou organismos patogênicos (Zeeuw H. – 1999).

No entanto algumas pesquisas sobre este tema constataram resultados inesperados. Uma investigação conduzida pela Organização mundial da saúde (WHO - 1999) na cidade de São Petersburgo descobriu que o teor de metais pesados prejudiciais a saúde (chumbo e cobre) era acima das normas julgadas aceitável para o que se referia à uma experiência de produção de leguminosas sobre teto de dois edifícios situados dentro da cidade (Moldakov, O. – 2000), constatou-se duas vezes superior à estas normas para legumes colhidos em jardins coletivos situados à 30 Km da aglomeração e entre cinco à seis vezes superior para legumes provenientes da agricultura moderna e comprados nos mercados da cidade.

A extensão da habitação urbana

A observação do caso dos países da Europa do Leste conduzem à alargar o conceito de agricultura urbana familiar incluindo o fato desta permitir uma extensão da habitação urbana. Nesse sentido também nos leva a interrogar sobre a possibilidade de englobar na análise realidades que lhe são consideradas geralmente como estrangeiras, as chácaras e as casas de veraneio. Leva também a olhar de maneira mais positiva os abrigo e casinhas de jardim que, numa abordagem superficial, desfiguram (em geral nas cidades européias) as paisagens de certos subúrbios urbanos.

Na Rússia, a literatura privilegia a análise do AUF sob o ângulo da “*datcha*”. Entre a metade e os três quartos dos urbanos de todas as categorias sociais dispõem de uma parcela num jardim ou hortas coletivas (no total entre vinte e vinte e cinco milhões de parcelas de acordo com as avaliações) ou num jardim individual, sobre os quais se constroem pequenas casas que podem dispor de um porão para conservar os frutos e legumes, e de uma instalação para tomar os banhos de vapor. De abril à setembro, muitos cidadão passam à viver no jardim nos fins de semana e feriados, ou mesmo durante toda ou uma parte desta estação. Segundo Boukahaeva (Boukahaeva, L. et alii – 2006) esta possibilidade de habitar no jardim foi uma das raras conquistas populares dentro do

sistema soviético, ela explica que isso é uma das causas da não explosão de parte da sociedade pós soviética, apesar das perturbações que sofreu.

Nos países da Europa ocidental e outras regiões do mundo, uma parte das classes com recursos dispõe de uma residência secundária podendo desenvolver funções semelhantes. A maior parte das organizações de jardins coletivos urbanos, chamados hoje jardins familiares, proíbe construir pequenas casas onde possa-se dormir. Mas a pressão dos ocupantes vai frequentemente no sentido utilizá-lo como substituto à residência secundária.

Trata-se da continuação de um fenômeno que remonta igualmente à antiguidade. Na Grécia antiga, os nobres vinham realizar as suas obrigações civis e religiosas em Acrópole, que podia também servir de proteção em períodos turbulentos, e repartiam para sua residência rural. Eles criaram em seguida uma cidade construindo as habitações em redor da Acrópole, para o seu uso e para os seus empregados. Mas tarde, ficaram essencialmente urbanos, construindo casas de campo nas zonas rurais, guardando assim uma dupla habitação, mas mantendo os seus empregados nos recintos das cidades. Progressivamente, a cidade apareceu como um lugar mais protetor, mais funcional.

Diversas alternativas deste fenômeno se observa. As primeiras cidades não tinham fronteira nítida com o campo. O morador da cidade continuava à dispor de uma habitação na zona rural, indo à cidade para efetuar as suas obrigações de cidadão. A complexidade das relações sociais e as formas de vida social exigiu das pessoas maior presença na cidade. A habitação urbana que aparecia até lá como um abrigo temporário transformou-se com o tempo num lugar de habitação definitiva. Mas os que podiam praticavam a dupla habitação.

A permanência da aspiração à dupla habitação parece corresponder à natureza bio-sócio-cultural da identidade da pessoa humana. A habitação na cidade dá acessos à vida social e cultural, e a habitação no campo dá acessos à natureza. Vistos sob este ângulo, o modesto abrigo de jardim, casinha fabricada de materiais de recuperação é uma extensão do apartamento urbano, ela é freqüentemente modesta.

Estas extensões têm um caráter de identidade ao sentido bio-sócio-cultural. Ela conduz a nos interrogarmos em que medida o afastamento da natureza à vida urbana divide as componentes bio-socio-culturais da identidade da pessoa, o que seria um fato que desequilibra a pessoa e a sociedade. Situando-se na conversão das relações entre o rural e o urbano, e permitindo uma forma pouco dispendiosa de dupla habitação e acessos à natureza, a agricultura urbana teria então por função principal de ajudar a reunificar estas componentes. A sua função sócio estabilizador consistiria essencialmente a contribuir para re equilíbrio da pessoa, à sua terapêutica.

A contribuição para a saúde física, psicológica e emocional da pessoa

Este caráter de identidade da agricultura urbana familiar permite-lhe contribuir para a saúde física, psicológica e emocional da pessoa. Esta contribuição é por conseguinte muito mais larga que a mencionada no relatório do PNUD segundo o qual "a agricultura urbana contribui à saúde e o bem-estar da comunidade reduzindo a fome, melhorando a nutrição, melhorando as condições ambientais que têm um efeito para a saúde" (página 160).

A partir do fim século XIX na Europa, os promotores da agricultura urbana e as correntes ditas "higienistas" tinham uma abordagem mais larga da pergunta. Explicavam também que a agricultura urbana trazia soluções às carências alimentares e as doenças, mas contribuía igualmente para remediar à destruição cultural, à violência, ao alcoolismo. Mostravam que o trabalho físico sobre a natureza possuía em ele mesmo virtudes profiláticas e curativas.

Esta necessidade do contacto com a natureza é sentida mais pelas crianças e as pessoas idosas como mostram as entrevistas com os agricultores urbanos russos dos jardins coletivos e os estudos em outros países (Moller, V. – 2005). Os adolescentes preferem a companhia de jovens, discotecas e passeios em outros lugares. Na idade adulta, as pessoas são monopolizadas pela vida social e profissional, e o trabalho na horta às vezes é vivida como uma carga penosa. Mas na chegada da velhice ou quando a saúde é afetada, o jardim reencontra a sua atração.

Na Rússia, os poderes públicos assim sempre consideraram as "datchas" e jardins coletivos como lugares de recuperação da saúde nos planos físicos, psicológicos e emocionais. Atualmente, as organizações jardineiras da Rússia tem um grande respaldo, um estudo do Professor Zoubaref da Academia militar de São Petersburgo, analisa que as pessoas que têm acesso à uma parcela de jardim viveriam em média 20% que os outros. Este aspecto começa a ser mencionado nos trabalhos das instituições internacionais (Zeeuw H.. A agricultura urbana e suburbana, a saúde, o ambiente, opus cidade).

Numerosas pesquisas mostram ao mesmo tempo que o AUF permite uma auto valorização da pessoa. Na Rússia, os recenseamentos efetuados fornecem múltiplos índices da fixação dos jardineiros à esta atividade como espaço de liberdade, de autonomia, de criatividade. Uma revista intitulada jardinagem da cidade de Kazan intitula-se "Você é seu Mestre" o que é muito significativo num país marcado pela experiência coletivista. Pesquisas conduzidas na França mostram que ela reforça a auto estima, que provem do prazer de produzir algo feito por você mesmo, de mostrar à outros que produziu-se, de dar aos amigos e a família alguns legumes, alguns frutos, algumas flores (Weber F., 1998).

Nos Estados Unidos, no Reino Unido e nos países da Europa ocidental, numerosos estudos dão conta de iniciativas para utilizar a AUF como meio de reintegração social de pessoas com dificuldades existenciais (Fortier A. – 2003), como contribuição para o desenvolvimento social (Cerezuelle D. - 1999), e fator de regulação social. Preenchem também uma função importante para uma parte das populações imigradas. Em certos

países que aceitam formas de jardins coletivos estes podem ser lugares de organização comunitária (Saldivar-Tanaka, L. 2004). Em outros países como a França que preconiza a assimilação à cultura de acolhimento, a manutenção de uma diversidade étnica e profissional dos seus ocupantes favorece esta assimilação.

Para além do seu efeito terapêutico individual, os jardins coletivos serviam de apoio à outras atividades de reconstrução social como as refeições em comum, as festas anuais os sistemas de seguro e pecúlio coletivos, as cooperativas de compra, apoio jurídico, os círculos de estudos, os corais, as fanfarras, etc..

A transmissão de conhecimentos e da cultura

A AUF contribui além disso para a transmissão de conhecimentos e da cultura. Esta transmissão compreende a educação básica, pré escolar das crianças (Cerezuelle D. – 2000), quando os adultos ensinam as crianças a reconhecer as plantas, plantar e manter os legumes, transplantar, cortar, ou mesmo experimentar novas variedades de frutos e legumes. Fazendo isso, eles também transmitem os seus conhecimentos as crianças dos princípios da vida. Esta transmissão inter gerações e o reforço das relações familiares são uma componente importante da dimensão de identidade da AUF. Esta função é quase vital quando as populações são fragilizadas e quando as famílias são ameaçadas de destruição por transformações rápidas. Nos países que têm sofrido graves traumatismos (guerras, massacres, genocídios), a agricultura urbana é um dos raros lugares onde se conversa.

A atividade da AUF é também o apoio a outras atividades que são geradas da relação social e transmitem, elas também, a cultura e os conhecimentos. Concursos incentivam a procura por produção de qualidade, a estética das hortas. As emissões de rádio e de televisão, as revistas especializadas difundem conhecimentos científicos e práticos. As escolas de horticultura, empresas, associações contam e protegem as espécies raras, experimentam, selecionam, produzem novas variedades. Nos países do hemisfério do sul, número destes atores mobilizam-se hoje para a conservação da biodiversidade das espécies domésticas mas também espécies até este momento consideradas selvagens, sobre o poder curativo das plantas medicinais (Dias J. A B. – 2000), sobre a agricultura orgânica.

Constatando a renovação de interesse em direção a agricultura urbana, os sistemas educativos procuram utilizar o seu potencial pedagógico. Os exemplos são numerosos dentro dos Estados Unidos (Brown K. H. – 2002) e os outros países desenvolvidos. Ao Reino Unido por exemplo, um dos objetivos da Federação de “City Farms and Community Gardens” tem atividades educativas à disposição de grupos escolares (Petts, J. opus cité). Na França, o ministério da Educação nacional incentiva as escolas a utilização de hortas como apoio para ensinar a Botânica, a química, a biologia, etc. Uma operação intitulada "a semana da horticultura para as escolas" é voltado durante a primavera desde 1985 a escolas que desejam participar. Profissionais interessados ao desenvolvimento do mercado que constitui a agricultura urbana familiar fornecem

material pedagógico aos professores, e ajudam as crianças a descobrir os vegetais, a cultivar-o, observar o seu crescimento, a compreender as suas necessidades, a enriquecer o seu vocabulário, a despertar os seus sentidos, a trabalhar sobre noções como o ciclo de vida, o modo de reprodução das plantas, etc..

Experiências levam igualmente outros exemplos, o programa de Jardins comunitários criado pela câmara municipal de São Paulo em 1986 reservava jardins a escolas, a creches e aos centros de juventude. sobre a educação alimentar e ambiental. O governo federal também inicia através do ministério de Educação um programa nacional semelhante ao da França (Araújo F. – 2006).

As funções ambientais e do ordenamento dos territórios

Este potencial por muito tempo tem inspirado os arquitetos que procuraram introduzir mais natureza aos planos de ordenamento urbanos. Suscitou diversas experiências, das quais cidades jardins propostos por Ebenezer Howard em Londres a partir de 1898, e o movimento dos jardins familiares (Cabelos B. – 1996) que conheceu certo sucesso. No Brasil na Venezuela e em Cuba também se desenvolvem ações semelhantes.

As correntes socialistas e certos pensadores católicos propunham no fim século XIX que seja reconhecido um direito inalienável de cada família a possuir uma casa e uma parcela de terra. O movimento dos jardins familiares foi iniciado no fim deste século por cristãos reformadores que referem-se à Encíclica Rerum Novarum Leon XIII: Lemire na França, Gruel na Bélgica, Collins na Grã-Bretanha, Schreiber na Alemanha. Na França, este movimento inscrevia-se na tradição de São Vicente de Paula que, no século XVII, distribuía terrenos à pobres de modo que pudessem cultivá-los e reconquistar a sua dignidade.

Em 1926, as organizações nacionais (Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Suécia, Suíça, Checoslováquia) agruparam-se numa organização europeia intitulada o Serviço internacional do canto da terra e os jardins operários. Hoje, esta organização agrupa organizações de quinze países que contam cerca de cinco milhões de parcelas nos seus jardins coletivos.

Apesar do trabalho destas organizações, o lugar da agricultura urbana, e mais especificamente o AUF foi marginalizado em numerosas regiões do mundo durante do século XX. O abandono do qual foi vítima, conjugada à potência dos interesses que visam transformar os espaços de agricultura urbana em áreas construtíveis, deixou transparecer múltiplos julgamentos negativos quanto ao seu papel relativo ao ambiente e a estética das paisagens. Mas os pontos de vista evoluíram durante as duas últimas décadas.

Hoje, inúmeros trabalhos mencionam o seu papel positivo em matéria de ambiente (Belevi, H. – 2003), mais precisamente de melhoria da qualidade dos solos, do ar e da

água, melhoria dos micros climas urbanos, saneamento das zonas insalubres, proteção contra a erosão (Holland, L. – 2004), contribuição para o reciclagem de lixo, possibilidade de participar no embelezamento das paisagens urbanas (Aipira, H. – 1995). Na Rússia, as pesquisas m mostram que a AUF freqüentemente transformaram em terras férteis e espaços são terras de baixa qualidade, situadas às vezes em zonas pantanosas ou de difíceis acessos.

As discussões a este respeito mostram a necessidade desta atividade para as regiões urbanas e a necessidade de políticas ativas por parte dos poderes públicos para suprimir os problemas que ela provoca e reforçar o seu papel positivo.

Na Rússia onde a importância da agricultura urbana é considerável, a pressão popular encontrou apoio nas análises dos estrategistas militares do período da guerra fria. Os líderes pensaram que a AUF podia favorecer a sobrevivência das populações urbanas no caso de destruição das cidades pelas armas nuclear. Nos países ocidentais, com o aumento da violência urbana, vê-se reaparecer propostas de modo que o AUF seja integrado nas estratégias de desenvolvimento sustentável das cidades (Madaleno, I. – 2001; Monédiaire, G. – 1999), para reintegrar-o nos planos de ordenamento urbano (Zeeuw, H. et alii – 2000)

No Brasil vários municípios iniciam políticas públicas de incentivo e apoio ao desenvolvimento de agricultura urbana em regiões de periferia e de forte desemprego como forma de garantir parte de sua subsistência alimentar, algum recurso e ocupação (Fortes, P. – 2004), no entanto apesar do grande sucesso obtido em algumas cidades a AUF ainda não se transformou numa política nacional.

Um estatuto precário

Patrimônio econômico, social e cultural, o AUF continua com um estatuto precário na maior parte das regiões do mundo. A sua continuidade é uma das condições necessárias à sua institucionalização.

O PNUD sublinha esta precariedade nos países em desenvolvimento. Refere as formas jurídicas de acessos e utilização das parcelas nas hortas coletivas do hemisfério do sul: propriedade, aluguel, uso concedido, ocupação de fato, entre outros.

Formulado no fim século XIX na Europa, o princípio de um direito inalienável de cada família a possuir uma casa e uma parcela de terra permanece uma referência. Nos países comunistas, levou a se generalizar a propriedade coletiva em detrimento da propriedade privada. Mas isto não impedia necessariamente para as famílias o direito de dispor de uma parcela de terra, ainda menos o à dupla habitação. Na Rússia, este direito foi conquistado pelas populações urbanas apesar da hostilidade do poder central. Hoje, não sabemos como vai evoluir o sistema que permitia atribuir terrenos de famílias que faziam pedido.

Nas democracias ocidentais, os sistemas cooperativos e associativos permitiram administrar hortas coletivas atribuindo parcelas das famílias que necessitavam e que faziam o pedido. A parcela é confiada à outras famílias quando os seus utilizadores não preenchem mais as condições da sua utilização. Assim, de geração em geração, estes jardins coletivos ou hortas coletivas puderam continuar a permitir à famílias pobres ou modestas aceder à uma parcela de terra. No entanto a uma parcela pequena da população urbana e freqüentemente de dimensão muito reduzida.

Desta forma a agricultura urbana tem um potencial indispensável ao apoio à um desenvolvimento sustentável humano das sociedades urbanas.

A análise da AUF permite identificar a sua componente de identidade e patrimonial e o seu potencial em termos múltiplos. Contribui para o orçamento das famílias, a sua segurança alimentar no planos quantitativos e qualitativos. É um tampão regulador das crises (guerras, crises sistemáticas, crises alimentares). Poderia permitir as todas as categorias sociais aceder a um modo de habitação mais digno, que reunisse as vantagens da habitação urbana e os do acesso à natureza. Comporta um potencial terapêutico da pessoa no planos físicos, psicológicos e emocionais, e um potencial de estabilização social. Favorece a transmissão inter gerações dos conhecimentos e a cultura. Pode contribuir consideravelmente para a melhoria do ambiente.

Convém analisar este potencial de maneira mais exaustiva, compreendendo efetivamente os seus efeitos compensadores, terapêuticos e estabilizadores sobre a pessoa e sobre a sociedade, identificando a sua contribuição à dimensão humana do desenvolvimento sustentável. Deste ponto de vista a agricultura urbana, em especial agricultura urbana familiar não dever somente se institucionalizar como “industrial distinta” de acordo com proposta PNUD 1996. Trata-se mais de institucionalizar-o como ”atividade distinta”.

Bibliografia

- ¹ Anthony J. M., The urban environment and health in a world of increasing globalization: issues for developing countries. *Bulletin of the World Health Organization*, 2000, 78 (9), pp. 1117-1126.
- ² Bryld, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. *Agriculture and Human Values*, 2003, Vol. 20, N° 1, pp. 79-86.
- ³ Creemers, L. Urban agriculture in Latin America and the Caribbean. *Berline Beiträge zur Agrarentwicklung*, 1994, N° 13, 32 p.
- ⁴ Ishihara, K. Transition of urban farmland policy and development of new urban agriculture in Japon. In Oliver, R.A.R. *Urban fringe agriculture: Report of the APO Seminar held in Tokyo, Japan, 17-24 may 2000*, 2002, pp. 64-83.
- ⁵ Cissé, O., Gueye, N.F.D., Sy, M. Institutional and legal aspects of urban agriculture in French-speaking West-Africa: from marginalization to legitimization, *Environment and urbanization*, 2005, Vol. 17, N° 2, pp. 143-154.
- ⁶ Nasr, J., Padilla, M. (Ed.) *Interfaces : agricultures et villes à l'Est et au Sud de la Méditerranée*, Ed. Delta - IFFO, 2004, 430 p.
- ⁷ PNUD. *Rapport mondial sur le développement humain*, Paris : Economica, 1994, 239 p.
- ⁸ Smith J., Ratta, A. & Nassr, J. *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. New York : United Nations Development Programme, 1996 ; 302 p.
- ⁹ Mougeot, L.J.A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In Bakker, N., Dubbeling, M., Gündel, S., Sabel-Koschella, U., Zeeuw, H. de, *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture*, 2000, pp. 1-42.
- ¹⁰ Ranasinghe, T.T. A novel living concept in urban communities: Family Business Garden. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 2003, Vol. 10, N° 3, pp. 239-245.
- ¹² Bairoch P. *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris : Gallimard, 1985 ; 706 p.
- ¹³ Jacob J. *The Economy of Cities*, 1969, Harmondsworth 1970.
- ¹⁴ Smith J., Ratta, A. & Nassr, J. *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*. New York : United Nations Development Programme, 1996 ; 302 p.
- ¹⁵ Boukharaeva L. M., Marloie M. Family urban agriculture as a component of human sustainable development. In: *Perspectives in Agriculture, Veterinary Sciences, Nutrition and Natural Resources*. Revue du Commonwealth Agricultural Bureau. Londres, à paraître en 2006.
- ¹⁶ Kozachenko, V. The private smallholding in market conditions. *Mezhdunarodnyi Sel'skokhozyaistvennyi Zhurnal*, 1992, N° 6, pp. 30-32.
- ¹⁷ Barrere C., Barthelemy D., fortunet F., Melot M., Micoud A., Moroz D., Nieddu M, Ollagnon H., Pongy M., Proutiere-Maulion G., Rouet F., Thuriot F., Vivien F.-D., *Réinventer le patrimoine. De la culture à l'économie : une nouvelle pensée du patrimoine*, Paris : L'harmattan, 2005.
- ¹⁸ Barry M. Popkin and Eilene Bisgrove, « Urbanization and nutrition in Low-Income Countries », *Food and Nutrition Bulletin* 10 (March 1988) : pp. 3-23
- ¹⁹ Altieri, M.A. and all. The greening of the "barrios": urban agriculture for food security en Cuba. *Agriculture and Human Values*, 1999, Vol. 16, N° 2, pp. 131-140. Moskow, A. The contribution of urban agriculture to gardeners, their households, and surrounding communities: the case of Havana, Cuba. *For hunger-proof cities: sustainable urban food systems.*, 1999, pp. 77-83.
- ²⁰ Petts, J. *Urban Agriculture in London*. WHO Regional Office for Europe, Copenhagen, 2001, 19 p.
- ²¹ Fédération Nationale des Jardins Familiaux. Ligue française du Coin de Terre et du Foyer. Dossier de présentation : Au coeur de la ville, la passion de la terre. 2001.
- ²² Bellows, A. C. One Hundred Years of Allotment Gardens in Poland. *Food Ways*, Vol. 12, N0 4, oct-dec. 2004, pp. 247-276.
- ²³ Zeeuw H. de. *L'agriculture urbaine et périurbaine, la santé et l'environnement urbain*. Document de discussion pour la conférence électronique de FAO-ET/RUAF sur l'agriculture urbaine et périurbaine. www.fao.org/urbanag/Paper2-f.htm, août-septembre 2000, 13 p.
- ²⁴ Draft Urban Food and Nutrition Action Plan. WHO (Project of Action Plan of Food Questions of St. Petersburg Population, 1999.
- ²⁵ Moldakov, O. The Urban Farmers of St Petersburg. In: *Urban Agricultural Magazine*, RUAF, 2000, N° 1. Agriculture and Urban Planning in St Petersburg. In: *Urban Agricultural Magazine*, RUAF, 2000, N° 4.

- ²⁶ Boukharaeva, L., Marloie, M. L'agriculture urbaine familiale en Russie. A paraître.
- ²⁷ Perrier A. Jardins ouvriers : du potager au substitut pavillonnaire, in : L'environnement à l'INRA. Paris : INRA, 1995.
- ²⁸ Moller, V. Attitudes to food gardening from a generational perspective: a South African case study. Journal of intergenerational relationships, 2005, Vol. 3, n° 2, pp. 63-80.
- ¹ Weber F. *L'honneur des jardiniers. Les potagers dans la France du XXe siècle*. Paris : Belin, 1998 ; 287 p.
- ²⁹ Fortier A. Les vertus du jardinage d'insertion. In : *Revue Communication*. Paris : Seuil 2003 ; 74 : 85-101.
- ³⁰ Cerezuelle D. *Jardinage et développement social*. Paris : Charles Léopold Mayer, 1999 ; 80 p.
- ³¹ Cerezuelle D. Economie non monétaire et processus informels d'éducation. In : Economie non-monétaire, politiques d'insertion et lien social. Commission nationale suisse pour l'Unesco et Institut de sociologie de l'Université de Neuchâtel. Uni Neuchâtel, 2000, pp. 173-186.
- ³ Saldivar-Tanaka, L. Culturing community development, neighborhood open space, and civic agriculture: the case of Latino community gardens in New York City. Agriculture and Human Values, 2004, Vol. 21, N° 4, pp. 399-412.
- ³² Dias J.A B. Produção de plantas medicinais e agricultura urbana. *Horticultura Brasileira*, 2000 ; 18 : pp. 140-143.
- ³³ Brown K. H. *Urban Agriculture and Community Food Security in the United States: Farming from the City Center To The Urban Fringe*. Prepared by the Urban Agriculture Committee of the Community Food Security Coalition. Venice, Calif. 2002, 30 p.
- ³⁴ Araújo Fernandes, M. C et alii., *A Horta Escolar Dinamizando o Currículo da Escola*. MEC/FNDE - Brasília, 2006, 96p.
- ³⁵ Cabedos B., Pierson P. *Cent ans d'histoire des jardins ouvriers – 1896-1996*. Grâne : Ligue Française du Coin de Terre et du Foyer, 1996 ; 221 p.
- ³⁶ Belevi, H., Baumgartner, B. A systematic overview of urban agriculture in developing countries from an environmental point of view. International Journal of Environmental Technology and Management, 2003, Vol. 3, N° 2, pp. 193-211.
- ³⁷ Holland, L. Diversity and connection in community gardens: a contribution to local sustainability. Local Environment, 2004, Vol. 9, N° 3, pp. 285-305.
- ³⁸ Aipira, H. Urban farming: making Africa's cities sustainable. Ecodecision, 1995, N° 15, pp. 83-86.
- ³⁹ Mougeot, L.J.A. AGROPOLIS: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture, 2005, pp. xvii + 286.
- ⁴⁰ Madaleno, I. M. Cities on the future: urban agriculture in the third millenium. Food, Nutrition and Agriculture, 2001, n° 29, pp. 14-21.
- ⁴¹ Monédiaire G. *Agricultures urbaines et villes durables européennes. Droits et politiques du jardinage familial urbain européen*. Limoges : Presses universitaires, 1999 ; 334 p.
- ⁴² Fortes, P. et alii, *Hortas Comunitárias Manual do Horticulor – Recomendações para o Cultivo Orgânico de Hortaliças*, PMT/SDR, Teresina, 2004, 43 p.
- ⁴³ Zeeuw, H., Guendel, S. Waibel, H., The integration of agriculture in urban policies. In Bakker, N., Dubbeling, M., Gündel, S., Sabel-Koschella, U., Zeeuw, H. Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture, 2000, pp. 161-180.